

Adicional será criado através de emenda à Constituição

297

BRASÍLIA — O secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, disse ontem que o adicional de 5% sobre todos os tributos será criado mediante emenda constitucional, que o Governo espera ser votada ainda este ano para vigorar em 1994. Segundo ele, o objetivo da equipe econômica ao propor o aumento das alíquotas através de uma emenda é proteger a medida de possíveis contestações judiciais. A equipe terá o cuidado, inclusive, de usar as disposições transitórias para especificar a taxa adicional por um período de dois anos, de forma a dispensar a necessidade de lei complementar ou lei ordinária, o que retardaria ainda mais a sua aplicação.

O esforço só não poderá apressar o aumento das alíquotas das contribuições. Segundo Osiris, pela legislação em vigor, as contribuições devem respeitar o princípio de que qualquer alteração passa a valer 90 dias após a publicação da lei no Diário Oficial.

— Essa será a primeira proposta de alteração da Constituição solicitada pelo Governo —

Como ficam os impostos

IMPOSTO	HOJE	APÓS 5%
IR PESSOA FÍSICA	15%	15,75%
	25%	26,25%
	25%	26,25%
IR PESSOA JURÍDICA	10%	10,50%
	15%	15,75%
	25%	26,25%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LÚCRO LÍQUIDO	10%	10,50%
	23%	24,15%
CONFINIS	2%	2,1%
IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO (média)	17,5%	18,37%
PIS/Pasep	0,65%	0,68%

FONTE: Receita Federal

explicou o secretário da Receita.

Segundo ele, a decisão de criar o adicional de 5% sobre as alíquotas existentes foi política. Tornou-se necessária, a medida em que o esforço de combate a sonegação não seria suficiente

para eliminar o déficit público em 1994. Osiris lembra, ainda, que se a emenda não for apreciada até o dia 31 de dezembro, o aumento da alíquotas não poderá valer no próximo ano.

Em São Paulo, os empresários receberam com indignação o au-

mento de 5% nas alíquotas dos impostos federais. Na opinião de Lawrence Pih, presidente do Moinho Pacífico, qualquer aumento na carga tributária vai ser repassado aos preços, principalmente os cobrados pelos setores oligopolizados.

— Na prática, é a sociedade que vai pagar por esse aumento de impostos — afirmou Pih.

Lincoln da Cunha Pereira, presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), concorda com a opinião de Pih e acrescenta que os contribuintes não agüentam mais os constantes aumentos de alíquotas e a criação de tributos, “sempre acompanhados de promessas de corte de gastos não concretizadas”.

Emerson Kapaz, coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), também criticou o adicional de 5% sobre os impostos. Ele disse que os setores que pagam em dia os tributos vão repassar o aumento aos preços ou diminuir a produção por conta da queda nas vendas.

Editoria de Arte